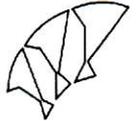


Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 28ª Reunião Ordinária - 08/11/2018 – 9-13 h
VEILING Holambra – Santo Antônio da Posse - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
Cooperativa de HOLAMBRA	Petrus Weel (T)
DAE S/A Jundiáí	Maria Carolina H. D. Simões (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (T)
PM de Limeira	Meire Menezes Bassan (S)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (S)
SANASA	Natália Freitas Colesanti Perlette (T)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)

Membros Ausentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI / COPLACANA	Rodrigo Cunha Ducatti (S) Rodrigo Cristofolletti (S)
CETESB	Maurício Magossi (S)
CATI	André L. X. Macedo Barreto (T) Denis Herisson da Silva (T) Henrique Bellinaso (T)
Consórcio PCJ	Guilherme A. Valarini (S)
Cooperativas de Holambra / HC2	Geraldo G. J. Eysink (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
PM Cordeirópolis	Fábio Luiz Cassiano (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
Rotary Club São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
SANASA	Ana Lúcia F. R. Vieira (S) (CT-EA)
SMA / CBRN	Natália Gomes Fernandes (T)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (S)

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Felipe L. Requena Kaique Duarte Barreto Marina Peres Barbosa Matheus de Oliveira Ismael
CODASP	Emílio Bizon Neto Thomas Henrique C. Daroz
Cooperativas de Holambra	Fernando Ruitter
Consultora Ambiental UGP Holambra	Silvia Weel
DAE S/A Jundiáí	Cláudia Debroy de Campos (CT-RN) Maila N. S. Coutinho

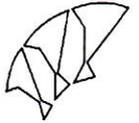
Fundação JPO	Cristiano Krepsky (CT-RN)
Fundação Florestal	Cleide de Oliveira (GT-RAP)
PM de Holambra	Nilson Marconato
PM de Hortolândia	Paulo José Mancuso (GT-RAP) Cláudio Donizete da Paz
PM de Limeira	Raquel Schimidt (CT-RN)
GAEMA Campinas	Flaviana Maluf de Souza (GT-RAP)
ROTARY Internacional	Luiz A. C. S. Brasi (CT-ID)
SAE Holambra	Geraldo Veloso
SANASA	Amanda Lima
TNC	Henrique Bracale (CT-RN)

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Pauta / Pré-reunião: A pauta, a convocação da reunião e os documentos anexos correlacionados foram enviados antecipadamente por mensagem eletrônica para apreciação e sugestões de todos os membros; **2. Abertura da 28ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta):** Após o *Welcome Coffee*, o Sr. João Primo Baraldi (SR de Rio Claro), coordenador a CT-Rural e do GT-Mananciais fez a abertura da reunião às 9:40h, solicitando em seguida que todos os presentes fizessem suas apresentações pessoais. Aproveitando o momento e antecipando informe posterior, a Srta. Marina Barbosa (Agência de Bacias PCJ) fez a apresentação dos dois novos membros da equipe ambiental da Agência, os técnicos Felipe L. Requena e Mateus de Oliveira Ismael, que foram contratados para fortalecimento e suporte para a Política de Mananciais e demais demandas do setor ambiental. O Sr. Jorge Possato Teixeira, gerente de Logística e Facilidades, em nome do diretor da cooperativa Veiling, Sr. André Van Kruijssen, deu as boas-vindas e fez uma pequena e rápida apresentação da cooperativa, desejando uma excelente reunião a todos. A VEILING HOLAMBRA, maior cooperativa de flores e plantas da América, é atualmente, um centro atacadista de comercialização de flores e plantas ornamentais. A cooperativa conta com uma infraestrutura planejada para expedir milhares de flores e plantas com cobertura para todo o território nacional. Possui três sistemas diferentes de negociação: através de Leilão Reverso, via Intermediação e Veiling Online. A Cooperativa dispõe, ainda, de um moderno e sofisticado programa logístico interno que permite a movimentação e escoamento de um grande volume de produtos. Possui 600 clientes ativos e 400 fornecedores. Em parceria com os fornecedores, o Gran Flora oferece o mais completo mix de produtos e acessórios do segmento. Para oferecer a melhor estrutura para as plantas, há um prédio anexo que possui 20 mil m² climatizados que

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 28ª Reunião Ordinária - 08/11/2018 – 9-13 h
VEILING Holambra – Santo Antônio da Posse - SP

abrigam as categorias: flores de corte, produtos envasados, plantas ornamentais e acessórios. Atualmente a Veiling Holambra é responsável por boa parte do mercado nacional, com mais de 28 anos de tradição no mercado. Este cenário leva o público para mais perto de um vasto leque de produtos voltados para diferentes ramos; **3. Secretaria (item 2 da pauta):** O secretário Sr. João Demarchi colocou em discussão a minuta da Ata da 27ª Reunião Ordinária, sendo a mesma corrigida com as sugestões do Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra) e da Profª. Luiza (PUC Campinas/Jaguatibaia). Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. **Informes: (3.1) Documento SEURB/DEPLAN nº 289/18 – 07 de novembro de 2018 -** Foi solicitada a inclusão na pauta a apresentação de tese de conclusão de curso sobre levantamento de ocupações clandestinas, sendo que o Sr. João Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro) não aceitou dizendo que são questões políticas e loteamentos clandestinos não podem fazer parte de pauta do GT Mananciais. A Sra. Meire (PM de Limeira) disse que o palestrante é um biólogo de Limeira e que este assunto é sua dissertação do mestrado na UNICAMP, e que tem como assuntos principais o mapeamento, através de georreferenciamento, de propriedades que foram parceladas em chácaras e que tem impacto no âmbito das águas das bacias PCJ. A representante do GAEMA Campinas, Sra. Flaviana Maluf de Souza sugeriu que este trabalho seja encaminhado para o promotor de Limeira. A Sra. Claudia (INEVAT) comentou que esta questão se insere totalmente no Programa 3 da Política de Mananciais PCJ e que é um dos maiores desafios deste programa. A Profª. Luiza (PUC Campinas) ressaltou que a apresentação de trabalhos de mestrado e doutorado integram os trabalhos das universidades com os Comitês de Bacias, podendo contribuir com fatos e estudos concretos junto aos Comitês ao invés desses trabalhos ficarem engavetados. Foi concordado então que a apresentação seria feita no GT Mananciais; **(3.2) Termo de Cooperação com a ONG SOS Mata Atlântica – assinatura:** Dentre os informes o Sr. João Demarchi (IZ/AP/SAA) relatou a assinatura da parceria com a SOS Mata Atlântica na cidade de ITU, sendo que a Sra. Claudia (INEVAT), tendo estado presente no evento, relatou como foi a cerimônia de assinatura e estrutura local (unidade de referência da SOS Mata Atlântica). Neste tópico foi novamente levantada a questão do uso de plantios convencionais, como o adotado pela SOS Mata Atlântica (2x2m), provavelmente em função dos TAC's e TCRA's que originam esses plantios e as determinações do ministério público, e a possível adoção de outras metodologias como as

descritas pelo Prof. Ricardo Rodrigues (ESALQ/USP); **(3.3) Banco de Áreas do PCJ:** A Sra. Silvia Weel (Consultora Ambiental de Holambra) perguntou sobre o banco de áreas e a Srta. Marina Agência PCJ explicou como está sendo montado o Banco de Áreas PCJ conversando com a CETESB, a SMA Estadual e o Projeto LUISA (Levantamento de Unidades para Investimentos em Serviços Ambientais), para que os dados sejam compatíveis entre si, sendo solicitado que houvesse uma apresentação na próxima reunião do GT Mananciais; **(3.4) Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas da ANA:** O eng. Henrique (CATI/SAA) participou de evento regional promovido em São Paulo pela ANA para discussão deste programa, ficando o Sr. Henrique responsável por apresentar sucintamente a Política de Mananciais PCJ neste evento. O Encontro Nacional será realizado no dia 7 de dezembro em Brasília. Na próxima reunião o Sr. Henrique deverá fazer um relato de sua participação neste evento; **(3.5) Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza – VII Encontro da Rede Oásis na RPPN de Salto Morato em Guaracema, PR nos dias 20 a 23 de novembro de 2018:** Os Srs. João Demarchi (IZ/APTA/SAA) e Leonardo Baumgratz (Agência PCJ) vão participar deste evento de troca de experiências dos projetos da Fundação com Pagamentos Por Serviços Ambientais no Brasil financiados pela Fundação O Boticário. Também serão aprofundadas as discussões sobre o Termo de Cooperação entre a FGB e a Agência de Bacias PCJ, bem como detalhamento do Plano de Trabalho para o ano de 2019. Esse plano de trabalho envolve aceleração dos processos de construção e atualização da Política de Mananciais e aumento do poder de ação de todos os envolvidos, tanto pessoas quanto instituições; **(3.6) Florestas para Água: Como tornar isso possível?** Rodada de debates com pano de fundo os resultados do estudo "Infraestrutura Natural para Água no Sistema Cantareira", produzido pela WRI Brasil, Fundação Boticário, The Nature Conservancy (TNC), União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e o Instituto BioAtlântica (IBIO), com apoio da Natural Capital (NatCap) e Fundação FENSA. O evento ocorrerá no dia 13 de novembro em São Paulo. O Sr. João Demarchi irá representar os Comitês e a Agência de Bacias PCJ no debate levando principalmente as ações da Política de Mananciais PCJ e das possibilidades de aumento do volume de água no Sistema Cantareira; **(3.7) Ofício DE nº 1853/2018 da Fundação Florestal** sobre o reconhecimento de RPPN Sítio das Pedras no município de Indaiatuba. O Comitê deve se manifestar sobre algum estudo ou pesquisa que abranja a área em tela. Encaminhar para o GT-RAP para

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAS

Ata da 28ª Reunião Ordinária - 08/11/2018 – 9-13 h

VEILING Holambra – Santo Antônio da Posse - SP

análise e reconhecimento do Programa RPPN Paulistas, com Ana Xavier ou Feijó (rppn@fflorestal.sp.gov.br); **(3.8) Inclusão da sub-bacia do Ribeirão Pirai (Consórcio Pirai)** na relação de bacias experimentais indicadas para monitoramento hidrológico no Plano Diretor de Recomposição Florestal. Também solicitam oportunidade de apresentação dos estudos nesta sub-bacia e da construção da barragem prevista para essa área, também entendendo que deveria ser prioridade dentro das prioridades da Política de Mananciais PCJ. Prever apresentação nas próximas reuniões da CT-RN e ou GT-Mananciais. Documento enviado pela superintendente Adjunta do SAAE de Indaiatuba e Superintendente do CONIRPI, Sra. Vanessa Kuhl. Dados podem ser acessados no site www.consorciopirai.sp.gov.br. O Sr. Roberto Polga informa que está sendo elaborado o Plano de Monitoramento Hidrológico para essa Bacia do Pirai que pode fazer parte da apresentação prevista; **(3.8) Projeto QUILOMBO - Informativo Ambiental RECANTOS DA TERRA de outubro/18:** o município de Americana anuncia o fim do despejo de esgoto *in natura* no Ribeirão Quilombo, contribuindo para o projeto de revitalização desta bacia proposto pelo Consórcio de Bacias PCJ. DAE (Diretor Carlos Zappia) cumpre TAC com o ministério público e prefeito Omar Najar afirma que vai acabar com o despejo de esgoto no ribeirão; **4. Apresentação do Projeto Nascentes Holambra (item 3 da pauta):** Seguindo a pauta foram então apresentados os resultados do **Projeto Nascentes Holambra** – Petrus Weel (Cooperativa de Holambra) salientou que neste projeto não se trata apenas da Bacia Borda da Mata (principal manancial do município), mas abrange o município todo em ações de plantio de APPs, manejo de estradas rurais e saneamento rural. Começaram sem saber de onde poderiam obter recursos, mas obteve apoio político do Secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento Dep. Arnaldo Jardim e do prefeito de Holambra e também presidente do Conselho da RMC Sr. Fernando, acionando a CODASP (SAA) que foi contratada para desenvolver o projeto através da Agência PCJ. Salientou que o curso de dois dias do pesquisador Dr. Rinaldo Calheiros (IAC/APTA/SAA) ajudou no processo. O saneamento rural foi feito através de TAC da prefeitura com o GAEMA de Campinas (aproximadamente R\$ 4 milhões), sendo que o valor da multa pôde ser aplicado neste projeto de saneamento rural. O Sr. Geraldo Veloso (SAEHOL) relatou que o projeto veio a calhar para o plano de saneamento rural de Holambra, com mais de 170 unidades de biodigestores a serem implantados. Já foram instalados em 92 propriedades, sendo em média para 8 pessoas por unidade.

Aproximadamente 8% da população rural, que perfaz ao redor de 5.000 pessoas, mais de 1.200 estão atendidas com biodigestores modelo AQUA LIMPA e WETLAND para 300 pessoas. Há ainda 1.300 pessoas a serem atendidas. Antes eram 21% de fossas sépticas e de fossas negras e o restante lançamento direto em cursos de água ou em terrenos circunvizinhos. No momento está sendo feito o acompanhamento e a manutenção destas instalações. Essa atividade tem parceria com a EMBRAPA. Como dificuldade apontaram os quatro dias para instalação, o tipo de terreno, beira de brejo, inclinação e se há ligação para casa já feita. Os resultados se encontram no site da prefeitura de Holambra. Ressaltaram que é necessário o apoio de órgãos públicos, senão os proprietários resistem em aceitar. Os funcionários da CODASP precisavam dos funcionários da prefeitura para as visitas aos produtores. Estes se interessaram mais por saneamento rural e terraceamento das propriedades. Enfatizaram que há necessidade dos governantes estarem envolvidos e empenhados, senão há muita dificuldade de implantação. A Srta. Marina Barbosa (Agência PCJ) ressaltou que os PIPs são um processo de adequação ambiental que deve alimentar a base de dados PCJ para alavancar investimentos. A eng. Flaviana (GAEMA Campinas) questionou a CODASP e a Agência de Bacias PCJ sobre quais seriam os responsáveis pelo acompanhamento da execução dos plantios do Projeto Nascentes de Holambra. Nenhum dos presentes soube dar essa informação. A CDA, segundo os técnicos da CODASP presentes, está fazendo fiscalização com relação aos processos erosivos existentes. O engenheiro florestal Emílio (CODASP) comentou sobre como está sendo feito o monitoramento dos plantios pela própria CODASP e os resultados já obtidos. De fato houve uma explicação sobre questão técnica de monitoramento do plantio em si, mas não em relação à fiscalização das atividades que deveria ser feita – teoricamente - pelo contratante (agências financiadoras e/ou grupos de acompanhamento, dentre outros), portanto, é importante mencionar que não houve resposta concreta sobre "SE" e "COMO" essa fiscalização está sendo feita. o secretário João Demarchi ainda comentou que esse é um ponto a ser melhorado na Política de Mananciais PCJ com a criação e o desenvolvimento dos trabalhos do GT sobre Indicadores e Monitoramento coordenado pela Sra. Cláudia Grabher (INEVAT). A Sra. Silvia (Consultora Ambiental de Holambra e secretaria executiva da UGP) disse que a UGP deste projeto foi morrendo aos poucos, sendo que não tinha acesso aos dados de onde e como iam ser feitos os plantios, pois apenas tratavam de questões mais burocráticas. Desta

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 28ª Reunião Ordinária - 08/11/2018 – 9-13 h

VEILING Holambra – Santo Antônio da Posse - SP

forma não conseguiram contribuir com o monitoramento, pois não tinham acesso ao quanto já havia sido realizado. Sugeriu, portanto que nas reuniões de UGP (Unidades Gestoras de Projetos) sempre tivesse presente uma pessoa da firma executora. Sobre o modelo de biodigestor da EMBRAPA levantou-se a questão da necessidade de manutenção de animais na propriedade em função da demanda por esterco para melhorar o processo de fermentação (continuidade do processo). O Sistema Aqualimp tem despertado mais interesse pelas facilidades e custos menores. Outro problema discutido foi a questão dos Planos de Saneamento dos municípios, na sua maioria, ignorarem o setor rural, não prevendo saneamento rural e aplicação de técnicas como biodigestores ou sistemas wetlands. Como exemplo foi citado o município de Limeira em que a área rural representa 80% do território (Sra. Meire – PM de Limeira). A Sra. Silvia comentou da importância do Programa Município Verde Azul neste processo de desenvolvimento de uma política ambiental para os municípios. O Sr. João Demarchi (IZ/APTA) comentou que as tratativas continuam se aprofundando entre a Política de Mananciais PCJ e o PMVA da SMA. Dentro desta discussão a questão dos agrupamentos rurais e dos inúmeros problemas de contaminação também foi enfatizada como grandes desafios. O contato inicial com os produtores foi um dos problemas detectados, sendo que essa experiência e preocupação com o engajamento dos produtores utilizado na execução dos projetos nos outros municípios. A CATI tem papel importante neste processo, bem como sindicatos rurais, já que normalmente já possuem contato e relacionamento com esses proprietários. Também houve grande dificuldade na cessão de áreas para adequação das estradas rurais. Verificou-se que a questão do monitoramento das intervenções precisa ser aprimorada, conforme reiterado questionamento feito pela Sra. Flaviana (GAEMA) sobre a restauração florestal. A CODASP comentou que a grande diversidade fitogeográfica da região, apesar do município ser pequeno, dificulta esse acompanhamento, principalmente com relação à regeneração de plântulas, que também são computadas. Segundo a Sra. Flaviana, foram feitas vistorias em alguns dos plantios realizados, constatando-se que ainda faltam 2 hectares de plantio para atingir os 16 ha previstos no convênio. Menciona que é importante haver um acompanhamento contínuo em qualquer projeto ou programa ambiental desenvolvido nos municípios para assegurar a qualidade técnica, a eficácia das ações e a adequada aplicação dos recursos. A CODASP comentou sobre problemas com a entrada de animais nas áreas plantadas e da necessidade de

replantios. Afirmaram que, embora não tenham plantado / atingido os 16 ha previstos, a recuperação já ultrapassa esse montante se forem computadas as plântulas provenientes da regeneração natural. Os resultados segundo os palestrantes são muito significativos, especialmente com relação ao manejo dos solos e a retenção de água na bacia, mas houve falta de apresentação de números quantitativos dessas melhorias. Isso precisa ser aprimorado nos outros projetos. A CODASP salienta que o Programa Melhor Caminho tem usado como princípio de trabalho a ação conjunta de manejo e conservação dos solos e da água concomitante com a restauração florestal, já que estas estradas podem também serem transformadas em corredores ecológicos. Esta experiência tem sido obtida com os TCRA's de Salesópolis na restauração / criação do Parque Várzeas do Tietê, que talvez seja o maior parque linear do mundo, de São Paulo até Salesópolis. O Convênio com o Fundo do Banco do Brasil foi prorrogado por mais um ano. Espera-se que seja elaborado um Relatório completo com todos os resultados obtidos com esses investimentos de recursos públicos no município, devendo ser uma ação conjunta das empresas executoras, município, UGP e Agência de Bacias PCJ; **5. Política de Mananciais – Atualização dos Programas III e IV, Edital 2018 e Edital 2019 (item 4 da pauta)**; Dando continuidade à reunião o Sr. João Demarchi discorreu sobre a aprovação e atualização da Política de Mananciais. Agradeceu o importante apoio da CT-EA no aprimoramento das discussões, especialmente nos programas III e IV, sendo muito positivo para os resultados da Política. São propostas como atualização para os Programas III e IV (propostas GT-Rede de Áreas Protegidas e Agência PCJ). **Programa III – Áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos:** APRMs, APMs, RPPNs, UCs (uso sustentável e proteção integral); Áreas protegidas e outras. Mecanismos: Conforme determinado no Plano das Bacias PCJ, PDRF e particularidades previstas na legislação. **Programa IV – Biomas da Mata Atlântica e Cerrado:** Incentivo à elaboração do PMMA de forma integrada com o Plano Diretor Florestal Municipal e das Bacias PCJ (PDRF); Integração do PMMA aos demais instrumentos já existentes no município; disseminação do conhecimento relacionado à sistemática de elaboração do planejamento municipal. Mecanismos: Conforme determinado no Plano das Bacias PCJ, PDRF e particularidades previstas na legislação. Os Programas III e IV seriam classificados como “ESTRATÉGICOS”, e por sua natureza, sem a necessidade de procedimentos operacionais incluídos no texto da política (pelo menos até o presente momento). Cria-se a Rede de

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 28ª Reunião Ordinária - 08/11/2018 – 9-13 h

VEILING Holambra – Santo Antônio da Posse - SP

Áreas Protegidas. Os Programas I e II, considerados agora como programas “ESTRUTURANTES”, já com procedimentos operacionais desenvolvidos. Ainda precisamos avançar na definição e adoção de indicadores e metas e no monitoramento contínuo dos projetos e da Política de Mananciais (Gerenciamento de Projetos), podendo caber a instituição de um quinto programa; **6. Outros Assuntos – Palavra Aberta (item 5 da pauta):** A Sra. Claudia (INEVAT) levantou a dificuldade de se entender os reais resultados, situação inicial e aprendizados: o que foi feito e o que ainda precisa ser realizado dos trabalhos apresentados pela falta de indicadores que fossem usados por todos projetos da Política de Mananciais PCJ. Sugeriu então o estabelecimento de formas de monitoramento e criação de indicadores para Política de Mananciais, sendo formado um Grupo GT-INDICADORES com a participação das Sras. Claudia Debroi de Campos (DAE S/A Jundiá), Dra. Lucy Merhy (UNICAMP), Dra. Maria Luiza (IF / CT-EA), professor Tadeu (USP / CT-ID) e um membro da Agência PCJ com coordenação da própria arquiteta Sra. Claudia (INEVAT). O eng. Emílio da CODASP ressaltou a importância de monitorar a questão social como a mortalidade infantil, por exemplo. Foi sugerida reunião deste grupo após a próxima reunião da CT-RN para mostrar os avanços do grupo. O Sr. Paulo Mancuso (SMA Hortolândia) levantou a questão do assoreamento dos espelhos de água das bacias PCJ para serem tratados com a importância das nascentes. Sobre PIP's, conclui-se pela sua obrigatoriedade nos projetos de intervenção propostos para os Programas I e II da Política de Mananciais, bem como a sua análise integrada com uma visão geral da Bacia, analisando-se conjuntamente com os demais fatores de interferência, como as estradas. A UGP precisa receber como obrigação da empresa executora todos os dados referentes às etapas de execução para poder acompanhar e monitorar os resultados. O Sr. João Demarchi comenta sobre o desafio de um evento da Política de Mananciais com foco nas empresas de saneamento e distribuição de água para melhor entendimento dos benefícios da intervenção nas bacias de abastecimento sobre a qualidade da água e redução dos custos de tratamento; O Sr. Geraldo G. J. Eysink (Cooperativas de Holambra) solicitou seu afastamento das atividades da CT-RN e do GT-Mananciais em função do excesso de atividades profissionais, não conseguindo por isso participar das atividades dos Comitês de Bacias PCJ; **7. Encerramento (item 6 da pauta):** Finalizando a reunião foi feito um momento de silêncio pela significativa perda do querido professor Harold Fowler (UNESP/Rio Claro), membro dos

Comitês PCJ com relevantes serviços prestados, que faleceu recentemente. O Sr. Baraldi, agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião as 13:15 h, desejando a todos um bom retorno aos seus municípios.

João Primo Baraldi

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RURAL

Henrique Bellinaso

Coordenador Adjunto do GT-Mananciais - CT-RN

João José Assunção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN